

Vox Instituição de Pagamento S.A. (anteriormente denominada “Voxcred Administradora de Cartões, Serviços e Processamentos S.A.”)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253QN-076-PB



Índice

	Página
Carta de representação das demonstrações financeiras	3
Relatório da Administração	4
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstrações financeiras	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023	14

Itaquaquecetuba, 31 de março de 2025

VOX INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A (ANTERIORMENTE DENOMINADA “VOXCRED ADMINISTRADORA DE CARTÕES, SERVIÇOS E PROCESSAMENTOS S.A.”)
CNPJ: 45.613.076/0001-20

CARTA DE REPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

José Guilherme Severini, na qualidade de Diretor, Diana Siqueira Rangel Gomes, na qualidade de contadora responsável pela contabilidade da VOX INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A (anteriormente denominada “VOXCRED ADMINISTRADORA DE CARTÕES, SERVIÇOS E PROCESSAMENTOS S.A.”), inscrito no CNPJ sob o nº 45.613.076/0001-20, Rua Itu, 500, Vila Monte Belo - Itaquaquecetuba - SP, vem, pela presente, apresentar as demonstrações financeiras para o ano findo em 31 de dezembro de 2024, cumprindo assim com o disposto na legislação vigente, notadamente o artigo 3º, I a V da IN BCB nº 236/22, conforme a seguir listadas:

Demonstrações Financeiras:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstrações dos Resultados;
- Demonstrações dos Resultados Abrangentes;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa

José Guilherme Severini – Diretor
Diana Siqueira Rangel Gomes – Contadora CRC 1SP 248851

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2024. A Vox Instituição de Pagamento, tem por objeto social a prestação de serviços operações de cartões de crédito das lojas do Tenda Atacado S.A.

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança em nossos serviços e aos nossos colaboradores pela dedicação ao trabalho.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

São Paulo, 31 de março de 2025.

A Administração

Visto Finanças:

VOX INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A (ANTERIORMENTE DENOMINADA “VOXCRED ADMINISTRADORA DE CARTÕES, SERVIÇOS E PROCESSAMENTOS S.A.”)

José Guilherme Severini – Diretor

Diana Siqueira Rangel Gomes – Contadora CRC 1SP 248851

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores da

Vox Instituição de Pagamento S.A.

(anteriormente denominada “Voxcred Administradora de Cartões, Serviços e Processamentos S.A.”)

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vox Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vox Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Saldos comparativos em 31 de dezembro de 2023

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram o relatório de auditoria em 08 de abril de 2024, sem modificação de opinião e com parágrafo de incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

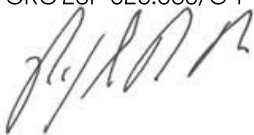
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1



Vox Instituição de Pagamento S.A.

(Anteriormente denominada: VOXCRED Administradora de Cartões, Serviços e Processamento S.A.)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo circulante		183.464	169.157
Disponibilidades	5	3.459	6.255
Caixa e equivalentes de caixa		3.459	6.255
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	14.392	3.906
Contas a receber de clientes	7	165.223	158.832
Instrumentos Financeiros		179.615	162.738
Adiantamentos e despesas antecipadas		69	12
Outros valores e bens		69	12
Outros créditos		321	152
Outros créditos		321	152
Ativo não circulante		18.638	10.756
Ativos fiscais diferidos	24.2	16.343	9.224
Ativos fiscais correntes		1.309	855
Outros créditos		17.652	10.079
Imobilizado	8	2.368	1.947
(-)Depreciação acumulada	8	(1.469)	(1.299)
Imobilizado de uso		899	648
Intangível	9	155	46
(-) Amortização acumulada	9	(68)	(17)
Intangível		87	29
Total do ativo		202.102	179.913

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Vox Instituição de Pagamento S.A.

(Anteriormente denominada: VOXCRED Administradora de Cartões, Serviços e Processamento S.A.)

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante		185.444	181.216
Credores Diversos- Pais	10	2.450	891
Valores a Repassar Private Label	11	69.882	66.346
Valores a Repassar Bandeirado	12	53.591	58.998
Empréstimos e financiamentos	13.1	40.478	31.026
Depósitos e demais instrumentos financeiros		166.401	157.261
Valores a Repassar Seguros		710	625
Impostos e contribuições a pagar	15	1.551	2.577
Obrigações sociais e trabalhistas		666	577
Debêntures	13.2	8.649	17.890
Provisão para despesas	14	5.133	1.850
Outras obrigações	16	2.334	436
Outras obrigações		19.043	23.955
Passivo não circulante		8.148	1.216
Debêntures - LP	13.2	6.798	-
Provisão para demandas judiciais	17	1.350	1.216
Outras obrigações		1.350	1.216
Patrimônio líquido		8.510	(2.519)
Capital social	18.1	2.000	1.300
Reserva de capital	18.3	400	260
Lucros/ Prejuízos acumulados	18.2	6.110	(4.079)
Total do passivo e patrimônio líquido		202.102	179.913

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Vox Instituição de Pagamento S.A.

(Anteriormente denominada: VOXCRED Administradora de Cartões, Serviços e Processamento S.A.)

Demonstração do resultado Exercícios findos em Dezembro 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita Operacional		121.895	115.250
Receita Líquida da Prestação de Serviços	19	121.895	115.250
Resultado Bruto Operacional		121.895	115.250
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesa de Pessoal	20	(14.717)	(12.055)
Despesas Administrativas	21	(70.799)	(87.142)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	22	(18.365)	(13.280)
RESULTADO OPERACIONAL		18.014	2.773
Resultado financeiro, líquido	23	(9.840)	(12.523)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		8.174	(9.751)
Imposto renda e contribuição social	24	3.865	(2.998)
LUCRO/ (-) PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		12.039	(12.749)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Vox Instituição de Pagamento S.A.
(Anteriormente denominada: VOXCRED Administradora de Cartões, Serviços e Processamento S.A.)

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em Dezembro 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro/ Prejuízo do Ano	12.039	(12.749)
Resultado Abrangente Total	<u>12.039</u>	<u>(12.749)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Vox Instituição de Pagamento S.A.
(Anteriormente denominada: VOXCRED Administradora de Cartões, Serviços e Processamento S.A.)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Eventos	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros	Exercícios Anteriores	Prejuízos acumulados	Totais
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	1.300	260	8.670	8.670	-	18.900
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(12.749)	(12.749)
Destinação do prejuízo do exercício	-	-	(8.670)	(8.670)	8.670	(8.670)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	1.300	260	-	-	(4.079)	(2.519)
Lucro do Exercício	-	-	5.058	-	-	5.058
Destinação do lucro de exercício	-	-	(4.079)	-	4.079	-
Saldos em 30 de Setembro de 2024	1.300	260	979	-	-	2.539
Aumento de Capital	700	-	-	-	-	700
Lucro do Exercício	-	-	6.981	-	-	6.981
Dividendos	-	-	(1.710)	-	-	(1.710)
Destinação do lucro de exercício	-	140	(140)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	2.000	400	6.110	-	-	8.510

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Vox Instituição de Pagamento S.A.
(Anteriormente denominada: VOXCRED Administradora de Cartões, Serviços e Processamento S.A.)

**Demonstração do fluxo de caixa para os
Exercícios findos em Dezembro 2024 e 2023**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro/ Prejuízo	12.039	(12.749)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	815	26.005
Depreciação e amortização	221	151
Reversão de provisões	134	345
IRPJ e CSLL Diferido	(7.119)	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.529	10.281
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	(5.101)	15.228
Outros Ajustes	(1.849)	-
Aumento/redução dos ativos operacionais:	(1.970)	(26.013)
Contas a receber	(1.290)	(26.441)
Adiantamentos e despesas antecipadas	(57)	(13)
Outros créditos	(169)	(81)
Ativos fiscais correntes	(454)	522
Aumento/redução dos passivos operacionais:	4.017	55.716
Credores diversos - país	1.559	993
Obrigações sociais e trabalhistas	89	7
Valores a pagar	(1.871)	51.876
Valores a Repassar Seguros	85	(44)
Impostos e contribuições a pagar	(1.026)	1.370
Provisão de despesas	3.283	1.725
Outras obrigações	1.898	(211)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	14.901	42.959
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e Intangível	(530)	(114)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(530)	(114)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	20.000	30.014
Pagamento de debêntures, empréstimos e financiamentos	(22.091)	(56.739)
Pagamento de debêntures, empréstimos e financiamentos - Juros	(5.429)	(10.731)
Reserva de Capital	140	-
Aumento de capital	700	-
	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(6.680)	(37.456)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	7.690	5.389
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	10.161	4.772
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	17.851	10.161
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	7.690	5.389

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOX INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A VOX INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A (anteriormente denominada “VOXCRED ADMINISTRADORA DE CARTÕES, SERVIÇOS E PROCESSAMENTOS S.A.”). (“Instituição” ou “Vox”) anteriormente denominada Voxcred Administradora de Cartões, Serviços e Processamento S.A., com matriz na Rua Itu, 500, Vila Monte Belo - Itaquaquecetuba - SP, fundada em maio de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objetivo a administração de cartões de créditos e outros meios eletrônicos de pagamento, além do credenciamento de estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços para se utilizarem das formas de recebimento oferecidos pela Instituição. A Vox atua também no processamento de dados e informações decorrentes do uso desses meios eletrônicos de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Vox tem como objetivo principal a administração de operações de cartões de crédito das lojas do Tenda Atacado S.A., entidade coligada da Instituição e lojistas credenciados.

Em 26/09/2024, a Vox formalizou o pedido de regulamentação junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), visando atender aos requisitos regulatórios aplicáveis ao seu segmento de atuação. Como parte das exigências para aprovação e adequação ao marco regulatório, foi realizada uma reestruturação societária entre as empresas do grupo, resultando na criação da Vox Holding Financeira S.A., que passa a atuar como a entidade centralizadora das operações financeiras do grupo.

1.1. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Instituição em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com as alterações da Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Adicionalmente, a Instituição considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 28 de março de 2025.

3. RESUMOS DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Instituição, estão descritas nas notas explicativas específicas vide a seguir:

3.1. Moeda funcional e apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Instituição atual (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Instituição.

3.2. Apuração de resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem.

3.3. Classificação entre circulante e não circulante

A Instituição apresenta ativos e passivos nos balanços patrimoniais com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Instituição.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data de encerramento do exercício. Está classificado como caixa ou equivalente de caixa, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data de encerramento do exercício.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Instituição.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data de encerramento do exercício; a Instituição não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data de encerramento do exercício.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Instituição classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.4. Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que são revisadas.

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:

Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, a Instituição avalia ao fim de cada data-base utilizada para elaboração das demonstrações financeiras se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização por meio de indicadores externos e internos.

Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor recuperável exige que a Administração estime os fluxos de caixa de futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

(ii) Vida útil dos bens do imobilizado e intangíveis:

A Instituição revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente e as taxas atualmente utilizada são julgadas e representativas das vidas úteis destes.

(iii) Projeção de lucro fiscal futuro para a realização de ativos fiscais diferidos:

A realização de ativos fiscais diferido está suportada pelas projeções orçamentárias da Instituição. Referidas projeções consideram premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenários macroeconômicos, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros, que incorrem em alto grau de julgamento

3.5. Reconhecimento de receitas

3.5.1. Cartões de crédito e débito

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data correspondente ao processamento das transações.

As receitas decorrentes da captura das transações parceladas com cartões de crédito são apropriadas ao resultado na data correspondente ao processamento de cada parcela.

A receita de outros serviços prestados a estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados como ativos financeiros que retém juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, nas demonstrações do resultado.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.7. Principais políticas contábeis

3.7.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Vox se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos financeiros. Em seu reconhecimento inicial são registrados ao seu valor justo acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos Financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos pela Vox são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros:

i. Custo amortizado

Quando um ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.

Quando os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

ii. Valor justo por meio do resultado (“VJR”)

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensuração ao custo amortizado acima mencionados são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório e os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados pelo regime de competência na demonstração do resultado, nas rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”, respectivamente.

A Administração não mantém registro de instrumentos financeiros a valor justo.

A Administração desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Vox transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Vox em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Passivos Financeiros:

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Vox são as contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e valores a repassar para partes relacionadas. São classificados entre as categorias a seguir, descritas de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos.

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo:

Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento que, após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras quando incorridos.

3.7.2. Empréstimos e Financiamentos

Os fluxos de caixa referentes aos juros recebidos debêntures, empréstimos e financiamentos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de financiamento.

3.7.3. Contas a receber e perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas a valor presente de realização e estão representadas basicamente por vendas parceladas com cartões de crédito, operações à vista, operações sem juros, líquidas de desconto por antecipações. A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas futuras com contas incobráveis. A formação da provisão tem como principal base a perda por faixa de inadimplência. A natureza dos saldos recebíveis da conta de clientes divide-se basicamente em:

- i. Valores a receber de transações financeiras processadas - Representam principalmente os valores a receber devidos por clientes titulares dos cartões relativos às transações financeiras processadas que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas.
- ii. Valores a receber da taxa de administração representam os resultados da prática da Vox em administrar os recebíveis do Tenda Atacado e cobrar um percentual sobre essa administração.

Em relação a provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa da operação de cartão de crédito, adotou-se os seguintes critérios:

Perda esperada de crédito - IFRS 9 (IMPAIRMENT) - Modelo Simplificado

- A principal inovação do conceito de perdas esperadas refere-se à introdução de premissas ligadas a variáveis macroeconômicas e setoriais nos modelos de estimativas de perdas, que terão de ser contabilizadas antes mesmo que os atrasos nos pagamentos venham ocorrer. Além de algumas definições qualitativas dessas premissas, foram desenvolvidas algumas análises estatísticas a partir de bases históricas. Todas as análises de modelagem e o cálculo da Perda Esperada foram desenvolvidas no R Core Team.
- Conforme a IFRS 9/CPC 48, as perdas de crédito esperadas são mensuradas como perdas de crédito esperadas para 12 meses ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira.
- Em geral esse cálculo, segue as diretrizes estabelecidas pela Basileia, onde:

$$PE = PD \times EAD \times LGD$$

PD = Probabilidade de Default;

EAD = Exposição financeira no momento do default;

LGD = % da perda financeira do montante que entrou em default.

3.8. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

3.9. Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação é calculada com as seguintes taxas ao ano:

Instalações	10%
Benfeitorias	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Veículos	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Outros bens	10%

A Vox define procedimentos visando a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

3.10. Ativos intangíveis

O Ativo Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Instituição destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os critérios de registro e tratamento desses ativos são estabelecidos pelo CPC 04.

A vida útil dos itens de intangíveis é de 5 anos.

3.11. Provisão para o valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração da Instituição avalia periodicamente o efeito desse procedimento e nas demonstrações financeiras de 2024 e de 2023 não identificou ajustes a ser contabilizados.

3.12. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação por Imposto Sobre Serviços (ISS 5%), Programa de Integração Social (PIS 1,65%) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS 7,60%) às alíquotas vigentes em cada região e são apresentados como deduções de receita na demonstração do resultado.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e de 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Resultado de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Instituição.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, sendo revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Provisão para demandas judiciais

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Vox tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos futura seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Vox. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

3.14. Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as obrigações a pagar com fornecedores são apresentadas como passivo não circulante. As obrigações a pagar com fornecedores são reconhecidas pelo seu valor nominal, atualizadas pelas respectivas taxas de contratos quando aplicável, e são equivalentes ao seu valor justo.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis da Instituição, a Administração deve exercer julgamento e fazer estimativas sobre os valores contábeis de ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

A seguir estão os principais julgamentos e estimativas feitas pela Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Instituição e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Vida útil dos bens do imobilizado e intangíveis: a Instituição revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes. Aplicamos a Instrução Normativa SRF nº 4, no qual está fixada em cinco anos o prazo mínimo admissível para amortização de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de logística (“software”), utilizados em processamento de dados e em cinco anos o prazo de vida útil admissível para fins de depreciação de computadores e periféricos (“hardware”). Projeção de lucro fiscal futuro para realização de ativos diferidos

A VOX realiza a revisão da realização do crédito tributário anualmente, no qual, está suportada pelas projeções orçamentárias da Instituição. Referidas projeções consideram premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros, que incorrem em alto grau de julgamento.

5. DISPONIBILIDADES

Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata.

	2024	2023
Caixa	-	1
Banco conta movimento	3.459	6.254
Total	3.459	6.255

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2024	2023
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	14.392	3.906
Total	14.392	3.906

Estão representados por aplicações financeiras em debêntures e Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Podem ser resgatáveis com o próprio emissor a qualquer momento e não estão sujeitas à mudança significativa de valor. Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições de primeira linha (Bradesco, Banco do Brasil, Itaú, Safra e Santander) com remunerações atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2024	2023
Clientes	192.049	195.505
Clientes - (IC) “Intercompany”	680	199
(-) Valores a Processar	4.121	(144)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.627)	(36.728)
Total	165.223	158.832

	2024	2023
Clientes	192.049	195.505
Clientes - (IC) "Intercompany"	680	199
(-) Valores a Processar	4.121	(144)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(31.627)	(36.728)
Total	165.223	158.832

A abertura do saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber pelo prazo de vencimento pode ser demonstrada conforme segue:

	2024	2023
A vencer	152.814	150.386
Vencidos:		
Até 30 dias	10.827	12.767
De 31 a 60 dias	6.932	7.359
De 61 a 90 dias	6.893	8.532
De 91 a 180 dias	14.582	16.461
Total	192.049	195.505

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa no exercício foi:

	2024	2023
Saldo inicial	(36.728)	(21.500)
Constituição de provisão	(3.148)	(18.968)
Reversões e baixas de exercícios anteriores	8.249	3.740
Total	(31.627)	(36.728)

(*) As operações vencidas há mais de 180 dias são baixadas para prejuízo, sendo R\$61.791 no exercício de 2024 (R\$65.015 em 2023) em contrapartida à carteira de contas a receber existente e posteriormente controladas em conta de compensação.

Foram recuperados créditos baixados para prejuízo, no montante de R\$9.783 no exercício de 2024 (R\$9.658 em 2023).

8. IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas e leva em consideração vida útil e utilização dos bens:

Segue a demonstração do imobilizado nos exercícios de 2024 e 2023:

	Taxa Anual	Vida útil	2024			2023
			Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado						
Equipamentos de informática	20%	5 anos	1.252	- 809	443	118
Instalações	10%	10 anos	231	- 98	134	154
Móveis e utensílios	10%	10 anos	672	- 350	322	368
Imobilizados pequenos valores	10%	10 anos	213	- 212	0	8
			2.368	- 1.469	899	648

Movimentação:

	INSTALAÇÕES	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	HARDWARE E PERIFÉRICOS	IMOBILIZADO DE PEQUENO VALOR	TOTAL
Saldo inicial 2024	154	368	118	8	648
Aquisições	-	20	394	6	420
Depreciação	- 20	- 66	- 69	- 14	- 169
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo Final 2024	134	322	443	0	899

9. INTANGÍVEL

	Taxa Anual	Vida útil	2024			2023
			Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível						
Softwares e Licenças	20%	5 anos	144	- 68	75	18
Marca e Patentes	20%	5 anos	12	-	12	12
			155	- 68	87	29

Movimentação:

	SOFTWARES E LICENÇAS	MARCAS PATENTES	TOTAL
Saldo inicial 2024	18	12	29
Aquisições	109	-	109
Amortização	- 51	-	- 51
Baixas	-	-	-
Saldo Final 2024	75	12	87

	SOFTWARES E LICENÇAS	MARCAS PATENTES	TOTAL
Saldo inicial 2024	18	12	29
Aquisições	109	-	109
Amortização	- 51	-	- 51
Baixas	-	-	-
Saldo Final 2024	75	12	87

10. CREDORES DIVERSOS - PAÍS

	2024	2023
Fornecedores - Nacionais	158	549
Fornecedores - Consumo e Serviço	1.158	1.177
Fornecedores - Intercompany (i)	1.133	(835)
Total	2.450	891
(i) Valores a pagar para Tenda Atacado S.A. referente a repasse de despesas.		

Aging – Fornecedores:

	2024	2023
Até 30 dias	2.434	891
De 31 a 90 dias	17	-
Até 365 dias	-	-
Acima de 365	-	-
Total	2.450	891

11. VALORES A REPASSAR PRIVATE LABEL

Os valores registrados correspondem às compras efetuadas pelos clientes por meio do Cartão Tenda e que, de acordo com os termos estabelecidos, serão repassados ao Tenda Atacado S.A. no prazo de 30 dias após a realização da transação (“D+30”). Esse reconhecimento reflete a obrigação da Instituição em transferir os montantes arrecadados dentro do período estipulado, garantindo a adequada contabilização dos fluxos financeiros entre as partes envolvidas.

	2024	2023
Valores a Repassar Private Label	69.882	66.346
Total	69.882	66.346

12. VALORES A REPASSAR BANDEIRADO

Os valores são referentes a créditos a efetuar a serem pagos às adquirentes ELO.

	2024	2023
Valores a Pagar Bandeira Nacional ELO	37.146	39.575
Valores a Pagar Bandeira Nacional Parcelado ELO	16.445	19.423
Total	53.591	58.998

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

13.1 Empréstimos e financiamentos

	2023	Captação	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Juros	2024
Capital de Giro – Bradesco (i)	12.988	-	(12.014)	(1.744)	769	-
Capital de Giro - Banco Itaú (ii)	18.038	-	-	-	2.381	20.419
Capital de Giro - Banco Santander (iii)	-	20.000	-	-	59	20.059
Total	31.026	20.000	(12.014)	(1.744)	3.209	40.478

(i) Empréstimo junto ao Banco Bradesco, sob a modalidade de capital de giro, com taxa de juros de 122,4% do CDI, quitado em 06/2024.

(ii) Empréstimo junto ao Banco Itaú, sob a modalidade de capital de giro, com taxa de juros de 120% do CDI, com vencimento previsto para 01/2025. Para a respectiva transação, a Companhia conta com avalistas, não solidários, responsáveis pelas obrigações assumidas.

(iii) Empréstimo junto ao Banco Santander, sob a modalidade de capital de giro, com taxa de juros de 108% do CDI, com vencimento previsto para 12/2025. Para a respectiva transação, a Companhia conta com avalistas, não solidários, responsáveis pelas obrigações assumidas.

13.2 Debêntures

	2023	Captação	Pagamentos Principal	Pagamentos Juros	Juros	2024
Partes Relacionadas Debêntures CP	-	-	-	-	8.649	8.649
Partes Relacionadas Debêntures LP	17.890	-	(10.078)	(3.685)	2.671	6.798
Total	17.890	-	(10.078)	(3.685)	11.320	15.447

As debentures são captações com partes relacionadas, iniciadas em outubro e novembro de 2019, não conversíveis em ações da Companhia, em setembro de 2024 foram aditadas e novo vencimento está previsto para setembro de 2027, com taxa de juros em CDI + 1,0% e amortizações previstas a cada 2 meses.

14. PROVISÃO PARA DESPESAS

	2024	2023
Provisão Marketing	101	-
Provisão Recursos Humanos	868	161
Provisão Administrativa	31	122
Provisão PLR/Bônus	2.083	-
Provisão Consultoria	1.921	1.471
Provisão de Serviços de Auditoria e Consultoria	129	95
	5.133	1.850

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2024	2023
IRPJ e CSLL	104	1.758
PIS e COFINS	462	437
ISS	47	-
IOF	72	70
Outros impostos e contribuições (i)	866	312
Total	1.551	2.577

(i) Outros impostos incluem as contribuições com FGTS, INSS, IRRF e CSRF.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2024	2023
Processos Judiciais	(4)	(4)
Dividendos a Pagar	1.710	-
Saldo Credor Portador Cartão	627	439
Total	2.334	436

17. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Instituição era parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais.

As movimentações dos saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

	Trabalhistas	Cível	Adm.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	1.213	3	1.216
Adições	239	168	6	413
Reversões	(13)	(264)	(2)	(280)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	226	1.117	7	1.350

A Instituição é polo passivo em contingências administrativas e judiciais de natureza cível e trabalhista, as quais são classificados como risco de perda possível pelos seus consultores jurídicos. Com base na análise individual dos processos judiciais correspondentes e, suportada por opinião de seus assessores legais, a Administração entende que esses processos não necessitam de provisão. Os processos classificados com probabilidade de perda “possível” totalizam R\$552.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

Em 2023, a composição acionária da Instituição era distribuída da seguinte forma: a PSN detinha 1.298 ações ordinárias, correspondentes a 99,88% do capital social, enquanto a Integral possuía 2 ações ordinárias, representando 0,12%. Em setembro de 2024, a PSN e a Integral venderam a totalidade de suas participações para a Vox Holding Financeira S.A., que passou a deter 100% do capital social da Instituição.

Em 11 de dezembro de 2024 a Instituição teve aumento de Capital Social no valor de R\$700 (setecentos mil reais) pela Holding Financeira.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
PSN Participações S/A.	-	0%	1.298	99,88%
Integral Serv. Participações Ltda.	-	0%	2	0,12%
Vox Holding S/A	2.000	100%	-	0,00%
Total	2.000	100%	1.300	100%

18.2 Apropriação do lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício, em conformidade com o estatuto social da Instituição, tem a seguinte destinação: (i) Importância de 5% à constituição da reserva legal, limitado a 20% do capital social; (ii) Uma distribuição de dividendos mínima obrigatória não inferior a 25% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício; e (iii) Destinação do saldo remanescente dos lucros para a constituição da reserva de retenção de lucros, ou como a Administração definir, visando à continuidade de expansão das atividades da Instituição.

No período de janeiro a setembro de 2024 a Instituição realizou o fechamento do resultado correspondente, porém não efetuou a constituição da reserva legal de 5%, uma vez que a reserva já constituída havia atingido o limite de 20% do capital social, conforme previsto na legislação societária. Posteriormente, foi realizado um novo fechamento considerando o resultado apurado entre outubro e dezembro de 2024, ocasião em que foi constituída a reserva legal de 5% sobre o lucro do período e efetuada a distribuição de dividendos

	01 - 09/2024	10 - 12/2024
Lucro	5.058	6.981
(-) Reserva Legal 5%	-	(140)
(-) Dividendos 25%	-	(1.710)
Resultado	5.058	5.131
Capital Social	1.300	2.000
Reserva Legal	260	400
Resultado período	5.058	5.131
LPA	(4.079)	979
	2.539	8.510

18.3 Reserva de capital
(Valores expressos em R\$)

	01 - 09/2024	10 - 12/2024
Resultado	978.923	6.980.821
5% Lucro	48.946	349.041
Reserva legal atual	260.000	260.000
20% Limite Reserva Legal Capital Social	260.000	400.000
Adicional da Reserva		140.000
Reserva de capital		400.000

19. RECEITA LÍQUIDA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas podem ser classificadas em quatro categorias principais: financeiras, tarifárias, comissionadas e diversas. As receitas financeiras incluem encargos sobre parcelamentos, empréstimos e financiamentos, além de multas e mora. Já as receitas tarifárias abrangem cobranças como anuidade, emissão de segunda via, avaliação emergencial de crédito, saque e taxa SMS. As receitas de intermediação são referentes a comissões seguros e bandeiras. Por fim, receitas diversas, como rendas antecipadas, arredondamentos e recargas de celular. A tributação pode ser aplicada conforme sua natureza, aplicando-se ISS (3% ou 5%), PIS (0,65% ou 1,65%) e COFINS (4% ou 7,6%) conforme o caso.

	2024	2023
Receita de Serviços	129.856	121.776
(-) Impostos incidentes	(7.961)	(6.526)
Total	121.895	115.250

20. DESPESAS DE PESSOAL

	2024	2023
Salários e Ordenados	(8.951)	(8.714)
Encargos	(1.842)	(1.495)
Benefícios (i)	(2.809)	(558)
Provisões Trabalhistas	(1.115)	(1.288)
Total	(14.717)	(12.055)

(i) Em 2024 foi reconhecido valores referentes a distribuição de lucro para funcionários.

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Despesas Administrativas	(3.019)	(3.090)
Despesas Operacionais	(9.696)	(5.659)
Despesas TI	(3.946)	(4.210)
Despesas Vendas	(5.658)	(2.560)
Perdas Operacionais	(53.581)	(56.395)
Despesas com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	5.101	(15.228)
Total	(70.799)	(87.142)

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2024	2023
Despesas Indedutíveis (i)	(2.747)	-
Operacional (ii)	(10.305)	(9.164)
Processadora	(4.053)	(3.960)
Fraudes e Perdas	(1.256)	(147)
Projetos	(5)	(8)
Resultado financeiro	(18.365)	(13.280)

(i) Valores ajustados referente aos valores a repassar aos adquirentes Elo conforme circularização

(ii) Despesas com serviços de envelopamento e envio de cartão, birôs, bandeira emissor e descontos

23. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Rendimentos sobre aplicação financeira	945	1.126
Outras receitas/(despesas) financeiras	(381)	25
	563	1.151
Despesas Financeiras		
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(6.915)	(10.157)
Imposto sobre transações financeiras	(3.488)	(3.514)
Outras despesas financeiras	-	(3)
	(10.403)	(13.674)
Resultado financeiro	(9.840)	(12.523)

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

24.1 Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	2024	2023
Lucro/(prejuízo) antes da tributação	8.174	(9.751)
Alíquota vigente	40%	40%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (a e b)	(3.270)	3.900
Efeito no cálculo dos tributos:		
Ajuste de adições e (exclusões)	(434)	(6.898)
Compensação de prejuízo fiscal – exercícios anteriores	450	-
IRPJ e CSLL diferido - ano atual	7.119	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Exercício (a e b)	3.865	(2.998)

24.2 Ativos fiscais diferidos

	2024	2023
CSLL Diferido	6.128	3.599
IRPJ Diferido	10.214	5.624
Total	16.342	9.224

24.3 Cronograma de realização

	Imposto de renda	Contribuição social	Total Impostos
2025	7.296	4.377	11.673
2026	1.173	704	1.876
2027	1.358	815	2.173
2028	387	232	619
	10.214	6.128	16.342

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Todas as transações com partes relacionadas estão em consonância com as demais práticas utilizadas pela Administração e refletidas nestas demonstrações financeiras:

Contas a receber e a pagar junto a partes relacionadas

	2024	2023
Valores a Repassar - Tenda Atacado (i)	69.882	66.346
Rateio de Despesas - Tenda Atacado - (ii)	681	199
Debêntures - Sócios (iii)	15.447	17.890
Total	70.563	66.544

(i) Referem-se aos valores de compras realizadas pelos clientes do Cartão Tenda que deverão ser repassados à coligada Tenda Atacado S.A. em "D+30"

(ii) Operação com a coligada Tenda Atacado, refere-se ao rateio de despesas administrativas

(iii) Taxa de juros em CDI + 1,0% e amortizações previstas a cada 2 meses

Despesas e receitas com partes relacionadas

Aluguel - Técnica Participações Ltda.	183	182
Rateio de Despesas - Tenda Atacado		949
Despesa Operação de cessão de recebíveis - Tenda Securitizadora	440	-
Rendas Antecipação Recebíveis - Tenda Atacado	39	835
Despesas Financeiras - Debêntures	3.702	4.353
	4.364	6.319

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes, entre a data da elaboração até a emissão das demonstrações financeiras.

* * *